

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 136/XIII/ 4.ª SL

Aos 26 dias do mês de setembro de 2018, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações;*
 2. *Apreciação e votação da ata n.º 133, do dia 18 de setembro;*
 3. *Discussão e votação do requerimento do BE, que solicita a audição do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Baixo Vouga (CHBV) e da diretora demissionária do Serviço de Urgência, Dr.ª Elsa Rocha, para conhecer «as reais condições na Urgência deste CH, em particular na Urgência Médico-Cirúrgico do Hospital de Aveiro, e quais as medidas reivindicadas pelos profissionais de saúde, de forma a melhorar o atendimento aos utentes» e do requerimento do PSD, que solicita também a audição do Conselho de Administração do CHBV, bem como uma visita a este Centro Hospitalar e reuniões com a diretora demissionária e o grupo de médicos que lhe manifestaram solidariedade;*
 4. *Discussão e votação do Parecer sobre o P JL n.º 942/XIII (3.ª) PCP - «Institui o Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos como Laboratório Nacional de Medicamento» - Autora do Parecer: Deputada Isabel Galriça Neto;*
 5. *Discussão e votação do Parecer sobre o P JL n.º 953/XIII (3.ª) PEV - «Universalização dos cuidados de saúde oral no Serviço Nacional de Saúde» - Autora do Parecer: Deputada Carla Cruz;*
 6. *Discussão do P JR n.º 1759/XIII (3.ª) PCP, que «Propõe medidas de reforço dos cuidados paliativos»;*
 7. *Discussão do P JR n.º 1760/XIII (3.ª) PCP, que «Recomenda ao Governo o reforço na resposta do Serviço Nacional de Saúde ao nível dos cuidados continuados»;*
 8. *Outros assuntos.*
- 10:30 Audição do Coordenador da Comissão de Coordenação da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) e da Presidente da Comissão Nacional de Cuidados Paliativos (CNCP), requerida pelo PSD, sobre as condições de integração dos doentes na Rede Nacional de Cuidados*



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 136/XIII/ 4.ª SL

Paliativos (RNCP) e a «evolução verificada nas RNCCI e RNCP nos últimos anos».

1. Informações

O Presidente solicitou que as pendências em Comissão fossem agilizadas, tendo sido recentemente enviado a todos o ponto de situação atual. Referiu ainda que o Simpósio sobre oncologia, que ontem teve lugar, correu muito bem, cumprimentando os Deputados que se esforçaram por estar presentes, embora gostasse que tivesse sido mais participado. Deu a palavra à Deputada Isabel Galriça Neto, na sua qualidade coordenadora do GT para o acompanhamento das doenças oncológicas.

A Deputada Isabel Galriça Neto agradeceu aos serviços todo o apoio prestado neste evento, dizendo que o objetivo era sinalizar a prioridade que a Comissão e a Assembleia da República dão a esta temática e tentar, junto dos atores que estão no terreno, conhecer a realidade. As apresentações foram de grande qualidade, e será organizada, com o apoio dos serviços, uma brochura com todas as intervenções. Agradece aos poucos Deputados que puderam estar presentes, e ao Presidente que esteve a maior parte do tempo, sendo que o GT irá continuar o seu trabalho, pelo que agendará brevemente uma reunião.

O Presidente informou ainda que o Ministro da Saúde não poderá vir à Comissão para a 1.ª audição regimental proposta pela Comissão, a 17 de outubro, porque está fora em missão oficial, pelo que este ano só virá para a audição do orçamento, uma vez que as outras datas propostas são 27 de fevereiro, 10 de abril e 19 de junho. Relativamente à visita a Beja, referiu que o PS apresentou uma alteração, propondo a visita ao SAP de Castro Verde, onde teria lugar o jantar com os autarcas, sugestão que foi aceite. Pediu um esforço para que não participem apenas os Deputados do círculo eleitoral, mas principalmente os que integram a Comissão de Saúde, não obstante valorizar a presença dos Deputados locais.

2. Apreciação e votação da ata n.º 133, do dia 18 de setembro

A ata n.º 133, relativa a 18 de setembro, foi aprovada por unanimidade, com alguns aditamentos, registando-se a ausência do PEV.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 136/XIII/ 4.ª SL

3. Discussão e votação do requerimento do BE, que solicita a audição do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Baixo Vouga (CHBV) e da diretora demissionária do Serviço de Urgência, Dr.ª Elsa Rocha, para conhecer «as reais condições na Urgência deste CH, em particular na Urgência Médico-Cirúrgico do Hospital de Aveiro, e quais as medidas reivindicadas pelos profissionais de saúde, de forma a melhorar o atendimento aos utentes» e do requerimento do PSD, que solicita também a audição do Conselho de Administração do CHBV, bem como uma visita a este Centro Hospitalar e reuniões com a diretora demissionária e o grupo de médicos que lhe manifestaram solidariedade

O Deputado Jorge Falcato Simões apresentou o requerimento que solicita a audição do Conselho de Administração (CA) do Centro Hospitalar do Baixo Vouga (CHBV) e da diretora demissionária do Serviço de Urgência, Dr.ª Elsa Rocha, com o objetivo de «*perceber quais as reais condições na Urgência deste CH, em particular na Urgência Médico-Cirúrgica do Hospital de Aveiro, e quais as medidas reivindicadas pelos profissionais de saúde, de forma a melhorar o atendimento aos utentes*», seguindo-se a apresentação do requerimento do PSD, pela Deputada Regina Bastos, a solicitar também a audição do Conselho de Administração do CHBV, bem como uma visita a este Centro Hospitalar e reuniões com a diretora demissionária e o grupo de médicos que lhe manifestaram solidariedade, para verificar «*as condições de funcionamento do CHBV, em especial na sua unidade de Aveiro – Hospital Infante D. Pedro e conhecer as razões concretas que levaram à apresentação do pedido de demissão da Diretora do Serviço de Urgência*».

O Deputado António Sales disse que o PS viabilizará o requerimento, pois é sensível a estas questões. Receia contudo que este tipo de situações se comecem a replicar ao longo do país, com motivações que não têm que ver com as populações, mas com questões funcionais dos hospitais.

A Deputada Isabel Galriça Neto alertou para o facto de, já por outras vezes, outros CA e outros profissionais de saúde terem manifestado insatisfação, considerando que o Ministro da Saúde tem de prestar contas à Assembleia da República sobre o que está a ser feito.

A Deputada Carla Cruz anunciou que o PCP viabilizará o requerimento, pedindo esclarecimentos sobre os moldes em que se farão estas audições, se será à



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 136/XIII/ 4.ª SL

semelhança do que ocorreu em Gaia, fazendo sentido que todas tenham lugar em Aveiro, se a Comissão de Saúde aí se deslocar.

Os Deputados Jorge Falcato Simões e Regina Bastos concordaram com a realização de todas as audições no local, no CHBV. O Deputado António Sales propôs que a audição da diretora demissionária e a dos 40 médicos solidários fossem feitas separadamente.

O Presidente colocou os dois requerimentos que solicitam as audições e a visita ao CHBV à votação, tendo sido aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV. Quanto à metodologia, foi aprovado por maioria, com os votos a favor do PSD, BE, CDS-PP e PCP, e os votos contra do PS, que se faria a audição da diretora demissionária e dos 40 médicos em conjunto e depois a do Conselho de Administração. Ficou acordado que estas audições e visita no CHBV terão lugar a 23 de outubro.

4. Discussão e votação do Parecer sobre o PJI n.º 942/XIII (3.ª) PCP - «*Institui o Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos como Laboratório Nacional de Medicamento*» - Autora do Parecer: Deputada Isabel Galriça Neto

A Deputada Isabel Galriça Neto apresentou o Parecer sobre o PJI n.º 942/XIII (3.ª), referindo o seu objeto e motivações, reservando a sua opinião para o plenário e concluindo com a consideração de que a iniciativa reúne os requisitos formais e de tramitação exigidos, bem como os constitucionais e regimentais, para que possa ser agendada a sua discussão em plenário.

O Deputado Luís Vales disse que o PSD se não revê nas apreciações sectárias sobre política do medicamento, feitas pelo PCP. Acrescentou que a política do medicamento 2011-2015 produziu resultados, com poupanças para o Estado e para os utentes, tendo aumentado também o número de embalagens dispensadas, tendo dúvidas sobre a proposta de dupla tutela para o Laboratório Militar (LM).

A Deputada Marisabel Moutela considera pertinente aproveitar o *know-how* do LM, sendo que já atualmente este colabora com o Ministério da Saúde, decorrendo estudos para que possa produzir 8 novos medicamentos.

O Deputado Jorge Falcato Simões disse reservar a sua posição para plenário.

A Deputada Carla Cruz recordou que o LM já hoje produz medicamentos para o SNS, e não só em condições de emergência, pois produz medicamentos órfãos, que não



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 136/XIII/ 4.º SL

interessam à indústria farmacêutica. A política de medicamento passa também, em sua opinião, pela investigação e produção de medicamentos.

Os considerandos e as conclusões do Parecer foram colocados à votação, tendo sido aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

5. Discussão e votação do Parecer sobre o PJI n.º 953/XIII (3.ª) PEV - «Universalização dos cuidados de saúde oral no Serviço Nacional de Saúde» - Autora do Parecer: Deputada Carla Cruz

A Deputada Carla Cruz deu conta do objeto, motivação e conteúdo da iniciativa, manifestou a sua opinião, referindo considerar pertinente a apresentação deste PJI, e concluiu dizendo que a iniciativa reúne os requisitos formais e de tramitação exigidos, bem como os constitucionais e regimentais, devendo ser remetida ao PAR para discussão em plenário. Acrescentou ainda que junta a Nota Técnica, que é muito explicativa e detalhada.

A Deputada Ana Oliveira disse entender que existe um grande trabalho pela frente na área da prevenção, reconhecendo que o número de utentes que beneficiam de saúde oral tem crescido. O PSD defende o acesso de todos a estes cuidados, com liberdade de escolha dos prestadores.

A Deputada Marisabel Moutela manifestou a opinião de que o PS considera esta matéria importante, mesmo fundamental, por isso este governo lançou de forma inédita a iniciativa saúde oral para todos, com cobertura total em 2020.

Os Deputados Jorge Falcato Simões e Isabel Gaiça Neto anunciaram que acompanham o Parecer.

Os considerandos e as conclusões do Parecer foram colocados à votação, tendo sido aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

6. Discussão do PJI n.º 1759/XIII (3.ª) PCP, que «Propõe medidas de reforço dos cuidados paliativos»

7. Discussão do PJI n.º 1760/XIII (3.ª) PCP, que «Recomenda ao Governo o reforço na resposta do Serviço Nacional de Saúde ao nível dos cuidados continuados»

Por solicitação do BE, estes pontos da ordem do dia foram adiados.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 136/XIII/ 4.ª SL

8. Outros assuntos

O Deputado Luis Vales disse entender dever chamar a atenção para um *email* recebido na Comissão, distribuído a todos, de Ana Marcos, Diretora da UGI de Anestesiologia Medicina Intensiva Urgência e Emergência do CHVNGE, que contraria informações prestadas pelo Presidente do CA de Gaia na audição da semana passada, que disse que não tinha havido qualquer demissão, o que é lamentável. Deixa aqui o seu repúdio por essas declarações.

10:30 Audição do Coordenador da Comissão de Coordenação da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) e da Presidente da Comissão Nacional de Cuidados Paliativos (CNCP), requerida pelo PSD, sobre as condições de integração dos doentes na Rede Nacional de Cuidados Paliativos (RNCP) e a «evolução verificada nas RNCCI e RNCP nos últimos anos»

O Deputado José António Silva apresentou o requerimento do PSD, que solicita as audições do Coordenador da RNCCI, Manuel Lopes, e da Presidente da CNCP, Edna Gonçalves, pela preocupação que estas questões lhe suscitam, pois a realidade contraria o programa deste Governo, perguntando qual a evolução prevista por estes responsáveis.

O Deputado António Sales considerou que os cuidados continuados têm melhorado substancialmente ao longo destes 3 anos, falando das iniciativas que já foram levadas a cabo e questionou sobre as listas de espera, referenciações, sensibilização de profissionais, o número de camas e a necessidade de atualização dos preços.

O Deputado Jorge Falcato Simões colocou questões sobre a Portaria n.º 249/2018, que trouxe constrangimentos, perguntando se há necessidade de mais camas em cuidados continuados ou paliativos, se houve redução de camas no domicílio e porque se recuou neste tipo de resposta.

A Deputada Isabel Galriça Neto manifestou a sua preocupação com a situação atual nestas áreas, considerando que há uma falha clara no apoio domiciliário, falta de camas e de formação qualificada, tendo o CDS-PP apresentado já projetos de resolução pedindo ao Governo formação em cuidados paliativos. Pensa também que a portaria de 2018 trouxe confusão e insegurança para as famílias, que existe um subfinanciamento neste setor, sendo necessário um reforço de verbas.

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 136/XIII/ 4.ª SL

A Deputada Carla Cruz disse que todos reconhecem que é preciso reforçar estas áreas com mais meios financeiros e materiais e o PCP tem insistido neste ponto. Complementarmente é preciso reforçar igualmente a resposta dos cuidados primários, perguntando qual foi o impacto da publicação da portaria, que avaliação fazem e se foram auscultados antes da sua publicação.

O Coordenador da RNCCI, Manuel Lopes, respondeu às questões colocadas, acentuando que tem havido aumento substantivo de camas e diminuição de lugares declarados nas equipas de cuidados continuados integrados, sendo necessário um incremento da Rede, em especial em Lisboa e Vale do Tejo, tendo sido feito um acordo com a Misericórdia de Lisboa, para colaborar nas respostas. Todas as regras são do SNS e todas as unidades da Rede são acompanhadas pelo Coordenador, mesmo as privadas e do setor social. Abordou a questão da portaria que, se se vier a verificar que suscita dúvidas deverá ser alterada.

A Presidente da CNCP, Edna Gonçalves, que veio acompanhada por Helena Salazar e Fátima Teixeira, fez uma apresentação inicial, enquadrando os cuidados paliativos e falando do Plano Estratégico 2017-2018, das suas linhas gerais e desenvolvimento. Referiu ainda a necessidade de mais formação adequada, estando as equipas subdimensionadas. Considera que o grande entrave ao aumento de respostas é a falta de formação em cuidados paliativos. Em termos de camas defende que existam para os doentes mais complexos, pensando que deveriam crescer as equipas consultoras, que têm mobilidade e fazem o apoio domiciliário.

Numa 2.ª ronda pediram esclarecimentos adicionais os Deputados Fátima Ramos, Jorge Falcato Simões, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz, que foram prestados pelo Coordenador e pela Presidente da CNCP.

O Presidente agradeceu a presença e as informações disponibilizadas.

A reunião foi encerrada às 13:45 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a audição ser acedida neste [link vídeo/gravação](#).



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 136/XIII/ 4.ª SL

Palácio de São Bento, 26 setembro 2018.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 136/XIII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Catarina Marcelino
Cristóvão Simão Ribeiro
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
João Gouveia
Jorge Falcato Simões
José António Silva
José de Matos Rosa
Luís Graça
Luís Vales
Marisabel Moutela
Miguel Santos
António Topa
Laura Magalhães
Regina Bastos
Jamila Madeira
Carlos Matias

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Marques
José Luís Ferreira
Luís Soares
Maria Antónia de Almeida Santos
Moisés Ferreira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ricardo Baptista Leite
Teresa Caeiro

